

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 10
12/06/04 - 18/06/04**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Lula deve visitar as tropas de paz brasileiras no Haiti

O general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) afirmou que, em breve, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará as tropas de paz brasileiras no Haiti, onde vai se encontrar com representantes das Nações Unidas e do governo haitiano. No dia 15 de junho, um novo contingente brasileiro, composto de 161 soldados e marinheiros, chegou a Porto Príncipe. Ainda segundo o general, quando as forças de paz da ONU assumirem as operações no país, no dia 25 de junho, poderão contar somente com cerca de 3.000 soldados, menos da metade do contingente previsto pela organização. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/06/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/06/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/06/04).

Declaração de Berlusconi incomodou Amorim

Durante a reunião do G8, grupo que reúne as sete principais economias do mundo mais a Rússia, o primeiro ministro da Itália, Silvio Berlusconi, citou alguns países que acreditava ser importante manter um diálogo permanente com o grupo como, por exemplo, a China e a Índia. Celso Amorim, chanceler brasileiro, ficou incomodado ao saber que o Brasil não havia sido incluído na lista do ministro italiano. Por essa razão, Amorim decidiu entrar em contato com o governo da França que afirmou não ser possível ampliar o diálogo do G8 sem incluir o Brasil. Em contrapartida, os Estados Unidos deixaram claro não ter pretensão de incluir no grupo países em desenvolvimento. O Itamaraty concluiu que o tema só saiu da sala de reuniões por uma indiscrição de Berlusconi e que apesar de sua

declaração ter desagradado ao Brasil, serviu para abrir um debate sobre a ampliação do G8. (Folha – Dinheiro – 13/06/04).

Países em desenvolvimento revitalizam acordo tarifário

Durante a 11^a. Conferência da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), realizada entre os dias 13 e 18 de junho em São Paulo, ocorreu a nova rodada (do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC), aprovada por consenso no dia 17. O acordo, que prevê redução tarifária mútua para 1.600 produtos a 44 países em desenvolvimento, foi lançado em 1989, mas só agora saiu do papel. O SGPC é visto pelos países emergentes como uma arena alternativa à Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que os países integrantes movimentam o equivalente a 55% do comércio entre os países em desenvolvimento. Pelo acordo, os produtos negociados terão tarifas diferenciadas em relação às impostas pelos países desenvolvidos, e seu objetivo é chegar a acordos tarifários multilaterais que incluam o setor de serviços e de compras governamentais, além de questões sobre barreiras não-tarifárias. A nova rodada do SGPC terá início em novembro desse ano, em Genebra, e contará com a participação de 43 membros, além de abrir a possibilidade da entrada da China e demais membros do G77. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, chamou o acordo de "um importante mecanismo de integração" e considerou a possibilidade de rebaixar tarifas um sinal mais político que comercial. De acordo com o embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, representante do Brasil no SGPC, o objetivo é que, até novembro de 2006, o novo projeto e as negociações entre os atuais membros e convidados estejam acabados. A retomada do acordo, proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz parte da estratégia do governo brasileiro de intensificar o comércio Sul-Sul. "Criaremos, assim, uma 'geografia econômica' mais democrática, cooperativa e humana, que permita aos países em desenvolvimento explorarem plenamente seu potencial de crescimento, sem rédeas ou entraves desnecessários", afirmou o presidente. (Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/06/04; O Estado de São Paulo – Economia – 12/06/04; O Globo – Economia – 13/06/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 14/06/04; O Globo – Economia – 15/06/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/06/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/06/04).

Lula propôs fundo contra pobreza e Plano Marshall para os países pobres

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu, em discurso num debate na XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), no Anhembi, em São Paulo, que seja criado um fundo mundial para o combate a fome com base em recursos arrecadados na taxação de dinheiro depositado em paraísos fiscais e também de um imposto sobre o comércio internacional de armas. Segundo ele, os US\$ 50 bilhões destinados pelo Banco Mundial e pela

ONU para o combate à fome são "modestos", se comparados aos "trilhões gastos com guerras e armamentos". Lula lembrou que foi criado no âmbito da ONU um grupo de trabalho para formalizar propostas que orientem a constituição desse fundo internacional, por iniciativa do Brasil, Índia e África do Sul, com o apoio dos presidentes da França e do Chile, do primeiro-ministro da Espanha e de Kofi Annan. Lula defendeu mecanismos de fiscalização dos recursos destinados ao combate à fome e à pobreza, repassados por entidades internacionais. O presidente voltou a propor mudanças nos critérios de definição de gastos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, investimentos em infraestrutura não devem ser contabilizados como gastos comuns. O presidente defendeu ainda a criação de um Plano Marshall — referindo-se à reconstrução da economia europeia após a Segunda Guerra Mundial — para mudar o quadro econômico e social do planeta. A menção ao Plano não foi bem aceita entre os altos funcionários da ONU que cuidam dos programas de desenvolvimento social. Isso porque, pelos projetos das Nações Unidas, a redução dos problemas sociais do mundo não depende apenas dos recursos dos países ricos, mas de uma cooperação com o setor privado, dimensão que não existia no Plano Marshall. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/06/04, Folha de S. Paulo – Brasil – 15/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/06/04; O Globo – Economia – 15/06/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/06/04; O Globo – Economia – 16/06/04).

Nações pobres reclamam acesso ao mercado brasileiro

Autoridades de países em desenvolvimento como de Angola, Bangladesh e Uganda criticaram o discurso brasileiro de defesa dos países em desenvolvimento, alegando que o país precisa abrir o seu mercado para os produtos das nações pobres. Os delegados que participam da 11ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em São Paulo, ressaltaram que enquanto o Brasil luta para que os países desenvolvidos abram seus mercados para as nações em desenvolvimento, ele mesmo fecha o seu para os países pobres. Com essa atitude a Brasil não poderá exercer a liderança das nações em desenvolvimento, acrescentaram. O chanceler Celso Amorim disse que estas críticas não têm fundamento. Como exemplo de iniciativa concreta, o chanceler citou a promoção da importação de produtos dos países andinos pelo Brasil. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/06/04).

Documentos finais da Unctad incluem sugestões de Lula

Os documentos finais, intitulados “Espírito de São Paulo” e “Consenso de São Paulo”, da 11ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) vão incluir sugestões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as sugestões do presidente Lula estão a de criar um fundo internacional para o combate à fome e a defesa do atual perfil da Unctad, em vista dos rumores de que as nações desenvolvidas estão tentando esvaziar a entidade



para transforma-la em mero órgão de assistência aos países pobres. O chanceler Celso Amorim disse que a Unctad fortaleceu as linhas da política externa brasileira. Citou o ministro, como exemplo, a intenção do governo brasileiro de ampliar o comércio entre os países desenvolvidos. (O Globo – Economia – 18/06/04).

Celso Amorim anuncia encontro entre seus homólogos da América do Sul

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, anunciou a intenção do governo brasileiro de convidar os ministros das Relações Exteriores dos países da América do Sul para uma reunião, em Manaus, que visa encontrar formas de aumentar as exportações desses países para o Brasil. Amorim ressaltou o caráter inédito da iniciativa brasileira, por se tratar da mobilização de um país para aumentar suas importações. Contudo, o ministro explicou que é uma posição coerente para promover a integração da América do Sul. (O Globo – Economia – 18/06/04).

Ministro da cultura quer aliança entre países

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, e Nane Annan, mulher do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, participaram de um debate sobre a necessidade da valorização da diversidade cultural dos países em desenvolvimento, durante o painel sobre Indústrias Criativas e Desenvolvimento na XXI Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento e Comércio (Unctad). O ministro defendeu alianças entre os países mais carentes e de média economia para o desenvolvimento de co-produções a partir de experiências compartilhadas. (O Globo – Economia – 14/06/04).

China fechou seu mercado à soja brasileira

De acordo com o Ministério da Agricultura brasileiro, a embaixada do Brasil em Pequim confirmou oficialmente que a China suspendeu as importações de soja de mais 15 empresas brasileiras. Os chineses se recusam a receber carregamentos de soja enviados pelo Brasil sob a alegação de que os grãos estão misturados a sementes com herbicidas. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, informou que as exportações já estão cerca de U\$ 1 bilhão abaixo do esperado devido ao impasse, que classificou como “questão técnica”. O secretário de Defesa Agropecuária, Maçao Tadano, integrante da missão técnica enviada à China, reunir-se-á nos dias 21 e 22 de junho com autoridades chinesas, após adiamento da viagem devido ao protocolo chinês. O objetivo da viagem é convencer os chineses a aceitarem as novas regras do governo brasileiro para a fiscalização da soja. Um funcionário da embaixada brasileira em Xangai disse que a China expressou satisfação com as novas normas sanitárias apresentadas pelo Brasil na

semana passada para seus exportadores de soja, o que pode representar um pequeno avanço para resolver o impasse comercial entre os dois países. O governo brasileiro estuda a viabilidade de uma intervenção direta do presidente Lula junto ao governo chinês, visando, segundo o ministro Roberto Rodrigues, evitar que o incidente prejudique a intenção de ambos os governos de ampliar suas relações. Rodrigues descartou, por enquanto, a apresentação do caso à OMC, e reiterou a intenção do Brasil em diversificar o comércio com a China. Uma missão empresarial coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior desembarcou no dia 16, em Xangai, para fechar os primeiros negócios. (O Estado de S. Paulo – Economia – 15/06/04; O Globo – Economia – 15/06/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/06/04; O Globo – Economia – 16/06/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/06/04; O Globo – Economia – 17/06/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/06/04; O Globo – Economia – 18/06/04).

Lula defende comprar mais caro para ajudar países mais pobres

Respondendo ao questionamento feito por Iara Pietricovsky, coordenadora da Rede Brasileira para Integração dos Povos, sobre uma suposta prioridade dada ao agronegócio em detrimento à agricultura familiar, no âmbito do G-20, grupo de países em desenvolvimento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, no último dia 15, que o Brasil priorize a importação de produtos de países pobres. Durante debates no Fórum da Sociedade Civil, realizados com representantes de organizações não-governamentais (ONGs), na 11^a. reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), Lula pregou uma política de “solidariedade e reciprocidade” como alternativa ao “fechado” mercado mundial e diante de barreiras impostas pela União Européia, Estados Unidos e Japão. O presidente afirmou que, sem essa política de “solidariedade”, não será possível levar adiante propostas de maior participação dos países emergentes no mercado internacional. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/06/04; O Globo – Economia – 16/06/04).

Presidente do BID visitou o Brasil e anunciou novo vice-presidente

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, em visita ao Brasil, foi um dos palestrantes do seminário sobre Propostas de Desenvolvimento para o Brasil, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Iglesias disse que a inserção do Brasil no mercado mundial melhorou as chances de crescimento sustentado do país e que o fraco desempenho da economia, nos últimos anos, decorre de outras razões. Durante o encontro, Enrique Iglesias anunciou a nomeação de João Sayad como um dos vice-presidentes do Banco. Sayad, indicado pelo governo Lula no final do ano passado para a Comissão Econômica

para a América Latina e Caribe (Cepal), será o sucessor do também ex-ministro Paulo Paiva. Ainda em sua passagem pelo Brasil, Iglesias informou que o BID vai disponibilizar U\$ 5 bilhões, no triênio 2004/2006, para programas no país em quatro áreas prioritárias: apoio a competitividade, projetos de reforma do Estado, área social e de cidades. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 16/06/04; O Globo – Economia – 16/06/04).

Brasil deve juntar-se a Organização Internacional de Migrações

Na semana passada o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, iniciou diálogo com a OIM e, nos próximos meses, após a discussão dentro do governo, o processo de adesão será concluído. Além do Ministério do Trabalho, as pastas da Justiça e do Itamaraty estarão envolvidas. Apesar de enfrentar muitos problemas relacionados à migração, o Brasil é um dos poucos países de peso que ainda não faz parte da Organização. Criada nos anos 50, por iniciativa dos Estados Unidos e Bélgica, a OIM conta, hoje, com 105 membros e tem como objetivo auxiliar os países na adoção de medidas que possam contribuir para a vida dos imigrantes. A decisão de aderir a OIM faz parte da estratégia do governo de criar uma política nacional de imigração, possibilitando melhores condições para os brasileiros no exterior e estabelecendo políticas para a entrada de estrangeiros no país. Segundo o governo, a estimativa é de que haja 1,7 milhões de brasileiros no exterior. (O Estado de S. Paulo – Geral – 16/06/04).

Brasil apóia observadores internacionais na Venezuela

Depois de um encontro durante a semana com o chanceler venezuelano, Jesús Pérez, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, reiterou, no dia 16, a importância dos observadores internacionais durante a realização do referendo que pode tirar o presidente venezuelano, Hugo Chávez, do poder em agosto. A presença dos observadores e a informatização da consulta são temas polêmicos ainda não definidos pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela. Segundo Amorim, o Centro Carter e a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm tido um papel muito positivo até agora. (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/06/04).

OMC confirma decisão contra os EUA

O veredicto final da Organização Mundial do Comércio (OMC) confirmou o parecer de abril que afirma que os subsídios à produção de algodão dos Estados Unidos prejudicam a produção brasileira e por isso quebram as regras do comércio internacional. A decisão da OMC pode afetar toda a questão de subsídios no mundo inteiro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a vitória brasileira, na OMC, ajuda não apenas os produtores nacionais, mas também os de países africanos que não possuem condições de brigar na OMC. De acordo com o

coordenador-geral de contenciosos do Itamaraty, Roberto Carvalho de Azevêdo, o cumprimento da decisão da OMC pelos Estados Unidos representaria uma “demonstração inequívoca do compromisso com o fim das distorções do comércio internacional”. Porém, a possibilidade dos EUA recorrer ao órgão de apelação não é descartada. O coordenador acrescentou que não há a possibilidade de aplicar retaliações aos EUA, caso o país não cumpra o determinado pela OMC. Contudo, o diplomata deixou claro que o Brasil nunca preferiu a retaliação, e sim medidas que favoreça o comércio. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/06/04).

Governo tenta reverter decisão russa de suspender importação de carne

O diretor do Departamento de Defesa Animal, Jorge Caetano, disse que não há justificativas técnicas para a suspensão da importação de carne brasileira por nenhum país comprador em vista da existência de um foco de febre aftosa descoberto recentemente no Pará. O governo já começou a se articular para reverter a suspensão de importação de carne pela Rússia e pretende que até segunda ou terça-feira as vendas sejam retomadas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/05/04).

FMI aprovou sétima revisão do acordo com o Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a sétima revisão do acordo de US\$ 40 bilhões com o Brasil. O governo, contudo, não pretende sacar a parcela de US\$ 1,3 bilhões a que tem direito com essa aprovação. Anne Krueger, vice-diretora-geral do Fundo, elogiou a condução macroeconômica do Brasil, mas ressaltou que o governo deve prosseguir nas reformas estruturais “para aumentar o crescimento e o potencial de expansão do país”. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/06/04).

Acordo entre Mercosul e UE depende de vontade política

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, afirmou que o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia dependem de vontade política. Ele e o ministro do Desenvolvimento alegaram não ser possível alterar a Constituição Federal para fechar um acordo de livre comércio, como foi exigido por alguns pleitos da Europa na área de liberalização do setor de serviços. Ambos os ministros participaram de um encontro entre o Mercosul e a União Européia, que ocorreu paralelamente à 11ª Conferência Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). O comissário de comércio da União Européia (UE), Pascal Lamy, afirmou que as ofertas de abertura de mercado na área agrícola apresentadas pelo bloco nas negociações com o Mercosul não têm precedente na História. Lamy citou a forte reação dos

próprios países-membros da UE à proposta e classificou as concessões feitas sobre o tema como algo substancial, embora as negociações para abertura comercial entre os dois blocos ainda estejam em curso. Com relação às compras governamentais, outro capítulo sensível para o Mercosul, Lamy afirmou que não se opõe à política de cotas para empresas nacionais. E insistiu que o bloco sul-americano apresente uma proposta formal, com regras claras e transparentes. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/06/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/06/04; O Globo – Economia – 15/06/2004).

Reunião paralela à Unctad discute subsídios agrícolas

Em reunião paralela à Unctad, o representante de Comércio dos Estados Unidos, Roberto Zoellick, e o comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, sentaram à mesa com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e representantes da Austrália e da Índia para tentar destravar a Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A intenção do Brasil, segundo o Itamaraty, era fazer com que os Estados Unidos e a União Européia discutissem assuntos pendentes que travavam o avanço das negociações agrícolas na organização. Para o ministro, a UE afirma que está disposta a eliminar os subsídios agrícolas para exportação, desde que os Estados Unidos também eliminem seus subsídios indiretos. Esta estratégia também está sendo usada pelos EUA. O problema, de acordo com Amorim, é que os dois lados podem usar essa estratégia para evitar avanços na negociação, ao culpar o outro por não ceder. Amorim quer que as duas maiores forças econômicas nas negociações da OMC entrem num acordo durante encontro com outros países, para que o processo negociador possa seguir. Segundo os representantes em reunião, as fórmulas que serviram de referência para determinar em que medida e prazos as barreiras serão reduzidas devem ser concluídas até julho. (Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/06/04; O Estado de São Paulo – Economia – 13/06/04, O Estado de S. Paulo – Economia – 14/06/04; O Globo – Economia – 12/06/04, O Globo – Economia – 14/06/2004).